

CONCLUSÃO

 Busca restrita a esta área.

A página raiz CONCLUSÃO não pode ser encontrado no espaço Guia Procedimental do Servidor.

SUGESTÃO DE LEITURA

Normas e expedientes que estabelecem regras ou procedimentos para a remessa de processos à conclusão, bem como para o cumprimento das decisões judiciais pelo cartório.

Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça	Regulamenta os serviços dos foros judicial e extrajudicial e consolida, de maneira sistemática e uniforme, os provimentos, portarias, circulares, despachos normativos, instruções, orientações, ordens de serviço e comunicações editados no âmbito do TJMS.
Provimento nº 305 /2014, do CSM	Institui e consolida, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, o sistema eletrônico de tramitação de processos judiciais, de comunicação de atos e de transmissão de peças processuais, nos termos da Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006.
Provimento nº 70 /2012, da CGJ	Estabelece regras procedimentais para o sistema eletrônico de tramitação de processos judiciais, instituído pelo Conselho Superior da Magistratura, por meio do Provimento n. 148/2008 (revogado pelo Provimento nº 305/2014).
Legislação Processual Federal	Leis processuais, tais como Código de Processo Civil , Código de Processo Penal , etc.
Provimento nº 194 /2010, do CSM	Redistribuição de processo em caso de acolhimento da suspeição do magistrado.
Provimento nº 113 /2006, do CSM	Dispõe sobre a escala de substituições ordinárias das Comarcas e Juizes de 1ª Instância e dá outras providências.